# Editorial

> … a Revista estará aberta a quantos estudiosos tenham algo de realmente significativo a dizer sobre o vasto campo das ideias e das experiências que constituem o domínio da administração pública como ciência, como técnica e como arte. (Luiz Simões Lopes, 1967)

Uma revista acadêmica não pertence a seu editor, mas à comunidade de leitores, autores e pareceristas da qual faz parte. Materializa e socializa um fluxo de ideias, argumentos e relatos de experiências sobre as questões emergentes e sobre o repensar dos temas estabelecidos. Partindo desse pressuposto, o atual diretor da Ebape/FGV, Flavio Carvalho de Vasconcelos, e seus colegas decidiram abrir o processo de seleção do cargo de editor para candidatos externos à escola. Para o processo foi constituído um comitê, formado por membros da comunidade acadêmica brasileira, que definiu uma lista tríplice de candidatos para o cargo, cabendo a decisão final ao presidente da FGV. A Ebape também estabeleceu que o editor da RAP servirá por um termo fixo, três anos prorrogável para mais três, e que a revista retornará à sua vocação original: a área pública compreendida em seu sentido amplo.

A Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getulio Vargas (Ebap/FGV) foi criada no dia 15 de abril de 1952; na época, a primeira escola de administração pública do Brasil e da América Latina. Neste ano de 2012 a Ebape (agora a Escola de Administração Pública e de Empresas) e a revista comemoram, respectivamente, 60 e 45 anos. A citação inicial acima é parte da apresentação que o presidente e fundador da FGV, Luiz Simões Lopes, escreveu para o primeiro número da *Revista de Administração Pública* — RAP em 1967. Suas palavras, melhor que qualquer editorial extensivo, expressam de maneira sucinta e clara a necessidade de uma revista acadêmica se constituir em espaço propício não somente para comentários significativos a respeito de seu tema central, mas também para o acolhimento das diferentes maneiras de pensar o seu foco, provenientes de perspectivas acadêmicas e de países distintos. Assim, é importante enfatizar que a revista está aberta a contribuições de todas as áreas de conhecimento preocupadas com a efetividade e a equidade da ação pública, entre as quais: administração pública; ciências humanas, sociais e sociais aplicadas; direito; estudos organizacionais; gestão social; movimentos sociais; e políticas públicas.

Ao retornar à vocação original, precisamos também reconhecer que nosso campo de "governo em ação" — para usar a definição que Woodrow Wilson criou para administra-

ção em 1886 — transbordou os limites da interseção institucional formal dos três Poderes. A Constituição de 1988 e sua efetivação gradativa nos últimos 25 anos trouxeram para a arena de administração não somente novos conceitos e teses, mas também novos atores sociais, organizacionais e institucionais; novas noções de governança e de acesso à informação. Hoje, nosso campo não se restringe à análise das atividades assumidas pelo Estado para e em nome do público, mas inclui também as ações de diferentes setores do próprio público para a coletividade. Os artigos que compõem este número refletem este cenário diverso, complexo, desafiador, mas também promissor.

Trazemos também uma notícia importante para estudiosos da história do campo da administração pública e para pesquisadores interessados nas mudanças nos cenários das ideias. Sob a coordenação da Biblioteca Mario Henrique Simonsen da FGV, está em curso a digitalização completa do todos os arquivos da RAP desde o primeiro número de 1967, sendo previsto que os números iniciais já estarão disponíveis até o final deste ano. Em antecipação, republicamos nesta edição um artigo do professor José Teixeira Machado Júnior — *in memoriam* (da Ebap e do Ibam), que foi originalmente publicado no primeiro número da revista. Seu foco é a experiência brasileira em orçamento programa e a dificuldade de se levar a sério práticas de orçamento focado em desempenho (*performance budgeting*). Exemplifica bem a preferência do primeiro editor da revista, Diogo Lordello de Mello, em dar mais espaço aos "trabalhos que encerrem uma reflexão sobre problemas da realidade brasileira ou que se fundamentem na pesquisa empírica do que para exercícios de digesto ou divulgação de ideias alheias, ainda que escritos como profunda erudição". Sem dúvida, se ainda estivesse entre nós, José Teixeira Machado Jr. teria muito a comentar sobre nossos dramas atuais, uma vez que continuamos elaborando orçamentos, mas também continuamos sem obter o desejado desempenho organizacional.

O cargo de editor de uma revista acadêmica é transitório e não permanente. Explicitamos neste editorial os princípios da revista para que os diferentes membros da comunidade, incluindo seu editor, reconheçam suas diferentes responsabilidades. As informações detalhadas sobre o processo editorial foram atualizadas dentro do expediente do SciELO e são apresentadas de maneira resumida na última contracapa do número impresso. Buscaremos sempre respeitá-las e oferecer aos nossos leitores, autores e pareceristas o estímulo de uma participação efetiva na construção do conhecimento.

Ser editor da RAP durante este período de três anos é assumir, de certa maneira, um papel representativo. As posições de seu editor em relação à complexidade do cenário de produção acadêmica já foram publicadas recentemente e estão disponíveis em acesso aberto (Spink e Alves, *Organizações e Sociedade*, v. 18, n. 57, p. 337-343, abr./jun. 2011; Spink, *GV Executivo*, v. 11, n. 1, p. 38-41, 2012). Há, além disso, um aspecto da situação atual que me afeta especificamente como editor. A RAP é uma revista acadêmica cuja missão é contribuir com o fluxo de conhecimento; a RAP foi criada para ser lida. A RAP não tem o papel de avaliar professores, fazer parte do processo de qualificação para o doutorado ou avaliar cursos de pós-graduação. A efetividade e utilidade da decisão de usar o evento "publicação

em revista", em vez de avaliar o conteúdo daquilo que é escrito, é, sem dúvida, algo que podemos e devemos discutir no campo da avaliação acadêmica. Mas, independentemente dessa discussão, torna-se necessário reconhecer que a decisão gera alguns problemas sérios e pressões para as revistas, entre os quais talvez o mais importante seja uma mudança sutil da relação dos autores com as revistas, em que estas passam a ser vistas como lugares para se ter artigos aceitos — assim garantindo os "pontos" necessários — e não lugares nos quais os artigos serão lidos. No que nos compete, seguiremos trabalhando para que a RAP continue sendo um lugar para as pessoas que possuem textos/trabalhos realmente significativos a apresentar e para expor as ideias que precisam ser ouvidas e lidas.

Boa leitura!

*Peter K. Spink*
Editor